## A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL (1500-1550)\*

Luiz NORTON

## Súmula e comentário de alguns documentos e provas

- I. O descobrimento do Brasil e as primeiras explorações do litoral brasileiro
- II. A empresa de Cristóvão J., icques e a —xpedição colonizadora de Martins Afonso de cousa
- III. A criação das denotarias
- IV. O Governo Geral Os jesuítas
- I. Tudo leva a crer que o achamento¹ do Brasil pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, no dia 22 ce Abril de 1500,² foi tão intencional corno, alguns ans depois, a colonização sistemática. Nenhum dêstes enpreendimentos foi obra do acaso ou da improvisação de destinos aventurosos.

\* Publicado en la *Revista de Historia de América*, número 11, año 1941.

- Diz Carolinia Michāelis, in *Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, p. 86, que o cronista da viagem, Pedro Vaz de Caminha, serviu-se "por quatro vezes" da palavra *achamento*. E acrescenta: "descobrimentos e sôbre tudo achados podem ser casuais. Achamento, pelo contrário, é acção praticada por quem antes procurou, —fiado ou não no axioma bíblico, popularizado como provérbio entre tôdas as nações".
- Esta é a verdadeira cronologia histórica; a oficial fixou o dia 3 de Maio. Verdade é que na carta em que Pedro Vaz de Carrinha deu a notícia ao rei D. Manuel de Portugal, dizse que foi no dia 22 de Abril. Da narração da mesma viagem pelo "pilôto anônimo" também se conclue o mesmo: "...era hurra quartafeira do Outavario da Paschoa". A correcção do calendário juliano ordenada em 1M pelo Papa Gregório XIII, da qual resultou a supressão de 10 dias, também não corrobora o critério oficial, pois, a adoptarse o calendário gregoriano, encontraríamos o dia 2 de Maio e não o dia 3.

Vid. Aires de Casal, Corografia Brasilica e Hist. da Coloniz. port. do Brasil, vol. II, p. 71 (apêndice B).

O descobrimento oficial teria sido feito com instruçoes secretas, dentro da política de sigilo então adoptada, com prévio conhecimento da existência de "terra firnie" a sudoeste das ilhas de Cabo Verde.

Enunciamos estas premissas com base en, docurnentos concludentes

Nas negociações preliminares e complementares da Convenção de Tordesilhas, descobria-se a intenção do rei de Portugal, D. João II, de assegurar aposse das terras austrais, tanto a ocidente como a oriente, o que de futuro garantiria, sem concorrencia, o monopólio de todo o comércio da Índia.

Quando Cristóvão Colombo entrou em Lisboa, no dia 6 de Março de 1493, no regresso da sua primeira viagem à América, cuidando vir da ilha Cipango, descrita por Marco Polo, o rei português, que sempre recusara as propostas daquele Almirante, "recebendo Colombo em Val do Paraíso, termo de Santarém, declarou-lhe que as ilhas por êle achadas pertenciam à coroa Portuguêsa".<sup>3</sup>

Manuel de Faria e Sousa, refere nos seguintes termos a chegada de Colombo, a Portugal, no ano de 1493:

Era, entrado el año de 93 quando surgió en el puerto de Lisboa Christoval Colon, que de una Isla (en sus discursos, no ciertos, Ia de Sipango) traía gente, y grandes muestras de oro, y riquezas, y cosas varias. Dias antes se avia ofrecido este Hombre (grande en animo, y constancia) a nuestro Rev Don Juan, que aviendole desechado entonces, le mirava agora con algunas muestras de dolor de averlo hecho, y él no dexava de provocar Ia ira de un Príncipe con algunas libertades, en vengança del desprecio antecedente. Ofrecieronle algunos cavalieros para matarle, tanto por castigo de la atrevida jactancia, como para encubrir a Castilla lo que él traía descubierto. Pero el Rey reconociendo que CoIon seguia en sus terminos el dictamen de su fortuna, y passion, quiso no salir de los de la Real Portuguesa, y honrandole mucho le despidió con dadivas. Era el Colon Genoves: aprendió la la arte de navegacion en Portugal: con nuestra enseñança, y sus fantasias (casi como en sueño) via, y publicava el descubrimiento de la Isla Sipango. Escucharonle en Castilla los Reyes Catolicos, y avianle embiado este descubrimiento de que venia agora. El Rey Don Juan no embidiava la suerte Castellana; temía solo, por la muestra

Prof. Luciano Pereira da Silva, "Duarte Pacheco Pereira - Precursor de Cabral", in Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. I, cap. IV, p. 233; João de Barros, Década I, Liv. III, cap. XI, fol. 56; Ruy de Pina, Crónica del Rei D. João II, cap. LXVI.

de las personas, y frutos que el Colon traía, ser aquella tierra de las de su conquista, sobre que los Portugueses andavan desvelados desde tanto tiempo y él con mayores esperanças...<sup>4</sup>

As Bulas de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1454 e de Calixto III, de 13 de Março de 1455, haviam sancionado as primeiras conquistas dos portugueses e reconhecido à Ordem de Cristo o privilégio da "administração e padroado das terras adquiridas e por adquirir, desde o Cabo Bojador até à índia".<sup>5</sup>

O Papa Alexandre VI, concedendo aos Reis Católicos, nela bula de 4 de Maio de 1493, o domínio das terras descobertas e por descobrir a oeste do meridiano que passasse a cem léguas das ilhas de Cabo-Verde, restringia e tornava discutíveis e problemáticas tôdas as reivindicações portuguesas referentes à posse de certa "terra firme", em cuja existência o rei D. João II acreditava. Esta foi a razão que levou o mesmo Rei de Portugal a enviar, em Junho daquele ano, Pero Dias e Rui de Pina aos Reis Católicos, para apresentarem a estes, em reforço do que lhes pedira por intermédio de Rui de Sande, a proposta da substituição do meridiano por um paralelo que passaria pelas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios —o do norte para os castelhanos e do sul para os portugueses.

## Diz-nos o cronista Herrera

Fue tan grande el sentimiento que tuvo el Rei Don Juan de Portugal, de haverse dexado Balir de Ias manos este Nuevo Imperio, que no lo pudiendo disimular, so color que le pertenecia, mandó armar, para embiar sus gentes á ocupar Ias Nuevas Tierras; i por otra parte embió á los Reies Catolicos á Ruy de Sande, que los dixo, con Cartas de creencia, el buen tratamiento que havia hecho al Almirante, i que havia holgado, que huviese sido de fruto su industria, i navegacion: i que confiaba, que haviendose descubierto Islas, i Tierras, que le pertenecian, le guardarian Ia correspondencia, que él haria en otro caso tal; i porque entendia, que querian continuar el Descubrimiento, desde Ias Islas de Canaria derecho al Poniente, sin pasar contra Mediodia, les pedia que mandasen al Almirante, que guardase aquella orden, pues que

*Ásia Portuguesa*, t. 1, part. I, cap. III, p. 26 (ed. de 1666). *Vid.* Pôrto Seguro, *Hist. Geral do BraúI*, 3a. ed. integral, t. 1, p. 69; "Alguns documentos da Tôrre do Tombo", 47-55; Prov. da Hist. Gen. 1, 46 e 1, 29.

él mandaria á sus Navios quando fuesen a descubrir, que no pasasen el Termino contra el Norte <sup>6</sup>

Colombo teve conhecimento das pretensões portuguesas e de tudo o que se passara, incluindo a Convenção de Tordesilhas, que resultara dos protestos e reclamações de D. João II.<sup>7</sup>

Um dos delegados de Portugal que testemunhou e assinou aquela Convenção foi o grande cosmógrafo, navegador e guerreiro Duarte Pacheco Pereira, o mesmo que reconheceu o interior, as costas e rios da Guiné, o mesmo que acompanharia e levaria Pedro Álvares Cabral ao Brasil e que se distinguiria como um dos mais heróicos capitães da índia. Duarte Pacheco precedera Cabral no reconhecimento das terras da América austral, como se vê claramente no célebre livro que publicou no ano de 1505, com o título Esmeraldo de situ urdis.

Antes de analisarmos as provas decisivas que esta obra nos fornece sobre a prioridade portuguesa do descobrimento das terras americanas meridionais e sobre a viagem empreendida e mesmo Pacheco no ano de 1498, vejamos como é o próprio Colombo quem nos certifica que o Rei de Portugal D. João II, "decia que al Austro habia tierra firme" e estava disposto a mandá-Ia descobrir a sudoeste.

A propósito da terceira viagem que Colombo fez à América em 1498, e ao referir-se à partida do Almirante da ilha portuguesa de Santiago (Cabo Verde) o Prof. Luciano Pereira da Silva transcreve os seguintes passos de cronista:

Torna el almirante á decir que quiere ir al Austro, porque entiende, con ayuda de la Santísima Trinidad, hallar islas y tierras, con que Dios sea servido, y sus Altezas y la cristiandad hayan placer, y que quiere ver cual era la intincion del rey D. Juan de Portugal que decia que al Austro habia tierra firme; y por esto dice que tuvo diferencias con los reyes de Castilla, y en fin, dice, que se concluyó que el rey de Portugal hobiese 370 leguas de Ias islas de los Azores y Cabo Verde, del Oeste al Fin del Norte, de polo a polo; y dice más, que tenía el dicho rey D. Juan por cierto, que dentro de sus limites habita de hallar cosas e tierras famosas. Vinieronle á ver ciertos principales de aquella isla de Santiago, y dijéronle que al sudoeste de la isla del Fuego, que es una de las

Herrera, "Hist. Genr. de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra-firme de el mar Oceano", *Década 1*, Lib. 11, Cap. V, p. 43. O trecho que publicamos, vem transcrito no cit. estudo do Prof. Luciano Pereira da Silva, *loc. cit.*, p. 234, nota.

Vid. Bartolomé de las Casas, Hist. de tas Indias, Madrid 1875, t. 11, Cap. LXXXVII, p. 16.

mismas de Cabo-Verde, que está desta 12 leguas, se veia una islã que el rey D. Juan tenia gran inclinacion de enviar á descobrir al sudoeste...

...Miércoles, 4 dias de Julio, mandó alzar y dar Ias velas de aquellas islas... de Santiago y mandó gobernar por la via de Sudoeste, que es camino que lleva desde aquellas islas al Austro y Mediodia, en nombre dice él, de la Santa é individua Trinidad, porque entonces estaria Leste-Oeste con Ia tierra de la Sierra Leona y cabo de Saneta-Ana, en Guinea, que es debajo de la lírica equinocial, donde dice que debajo de aquel paralelo del mundo se halla más oro y cosas de valor; y que despues navegarían, placiendo á Nuestro Señor, al Poniente, y de ahí pasaría á esta Española, en el cual camino veria Ia opinion del rey D. Juan, susodicha.<sup>8</sup>

Donde se conclue claramente que o rei. de Portugal tinha a conviçção da existência de terra a sudoeste de Cabo-Verde e que com essa conviçção morreu no ano de 1495.

Pelo exposto percebem-se também os motivos que le varam o mesmo Rei a reivindicar para Portugal a posse daquelas terras, nas negociações preliminares da Convenção de Tordesilhas.

O pensamento do monarca português, acerca da si, tuação das mesmas terras, já era conhecido pelos Reis Católicos que, em Setembro de 1493, quando se encontravam na sua Corte os embaixadores portugueses Pero Dias e Rui de Pina, recomendavam a Colombo que saísse quanto antes de Cadix para a segunda expedição, porque se pensava, segundo se deduzia das conversações havidas com os mesmos portugueses, na existência de "Islas y aun Tierra firme" a sudoeste.<sup>9</sup>

Depois da morte de D. João II, ocorrida como dissemnos, em 1495, o seu sucessor D. Manuel, no ano de, 1497, em que casou com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, enviou, Vasco da Gama a descobrir o caminho marítimo para a índia e, no ano seguinte, mandou Duarte Pacheco Pereira, que testemunhara e assinara o instrumento de Tordesilhas e fizera "a avaliação mais exacta do grau" terrestre, a descobrir "a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano".

É o mesmo Duarte Pereira que nos relata a expedição que fez às costas do Brasil:

Bartolomé de las Casas, op. cit., t. 11. Cap. CXXXII, p. 2226, transcrito pelo Prof. Luciano Pereira da Silva, op. e loc. cit.

Vid. Martin Navarrete, Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles, t. li, p. 124; Faustino da Fonseca, A descoberta do Brasil, p. 243 e segs.; Prof. Luciano Pereira da Silva, op. e loc. cit., p. 235.

... no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano.<sup>10</sup>

Tanto Colombo, como Duarte Pacheco Pereira, realizaram as expedições de 1493, para ocidente, dentro dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, que naquele tempo as duas Côrtes, ligadas por estreitos laços de parentesco e de amizade, tinham a preocupação de não violar, conforme se Infere das instruções dadas aos navegadores.

"Temos assim-diz-nos com bons elementos de prova o Prof. Luciano Pereira da Silva-no ano de 1498, duas viagens dirigidas para a terra firme que D. João II dizia existir ao sul, realizando-se uma, a de Colombo, nos mares do Hemisfério castelhano, e a outra em águas portuguesas". A viagem de Duarte Pacheco Pereira "tinha por destino as costas do Brasil" e foi "prudentemente feita em segrêdo". 11

Sabemos que Colombo respeitou naquela sua terceira viagem o convénio ajustado entre Portugal e Castela, Porque navegou de Santiago para sudoeste "para verificar a opinião de D. João II" e depois, seguindo para oeste, "chegou à terra de Pária, no hemisfério atribuído a Castela". <sup>12</sup>

Também Vicente Yánes Pinzón respeitaria o estipitulado em Tordesilhas e recebeu instruções dos Reis Católicos para observar a demarcação feita nas viagens que empreendeu para Ocidente:

...ni vayais a Ias islas y tierra firme que hasta hoy sou descubierts por nuestro mandado e con nuestra licencia, ni a Ias islas e tierra firme del serenissimo Rey de Portugal, Principe, nuestro muy caro e muy amado hijo. <sup>13</sup>

Duarte Pacheco Pereira embarcou na armada de Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil. Como cosmógrafo eminente e conhecedor dos mares navegados pela mesma armada, Duarte Pacheco Pereira, "com a experiência que é Madre das cousas", como ele dizia, não podia ignorar que, navegando na direcção em que o fizeram, haviam de alcançar a terra firme, cuja existência- D. João II muitos anos antes denunciara.

Ao notificar, no dia 1 de Maio de 1500, a descoberta ao Rei D. Manuel, o Mestre João, médico e astrónomo acompanhara Pedro Álvares Cabral, escreveu:

Vid. Esmeraldo de Situ Orbis, ed. de 1905, p. 1.

Prof. Luciano Pereira da Silva, op. e loc. cit., p. 246.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> *Ibid.*, p. 245.

<sup>13</sup> Ibid. Ĉf. Colección de documentos inéditos de Indias, Madrid, 1874, t. XXII, p. 300.

...Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapamundi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra...<sup>14</sup>

Como se compreende que Varnhagen, que encontrou e publicou a carta de Mestre João, pudesse afirmar, como afirmou, que "da existência de uma grande terra, na extensão que lhe coubera em partilha em Tordesilhas, só teve Portugal conhecimento seis anos depois do tratado, em 1500?" <sup>15</sup>

Depois das provas que apresentámos, e não são tôdas, como e possível contestar a intencionalidade do descobrimento do Brasil e o conhecimento, que os portugueses tiveram da existência de terra firme a sudoeste de Cabo-Verde, alguns anos antes da viagem de Cabral?

Com argumentos de ordem técnica é também possível demonstrar que ao lugar do continente brasileiro a que Pedro Álvares Cabral deu o nome de Pôrto Seguro, só é possível chegar com decidida determinação da vontade, porque as correntes e os ventos afastam naturalmente os navios daquele rumo. 16

Não é nosso intuito neste singelo estudo desenvolver os problemas do descobrimento do continente austral americano, mas, simplesmente, demarcar no espaço e no tempo a "quarta nova pars", o Brasil, onde o génio colonizador dos portugueses realizou a sua portentosa obra de civilização.

Descoberto o Brasil, a-pesar do esfôrço sobrehumano que representavam as empresas da India e de Marrocos, os reis portugueses não esqueceriam a nova conquista da terra do continente americano.

Com os navegadores, guerreiros e herios da Índia, Portugal executaria, em dado momento, o plano colosal "de um opulento imperio comercial no Oriente e de uma desconforme colonia agrícola no Occidente. Naquele momento, o pequeño Portugal concentrava as robustas energias na tentativa

Carta do Bacharel Mestre João, in Arquivo da Tôrre do Tombo, Corpo cronológico, parte 33, maço 2, Nº 2, encontrada por Vara- hagen e publicada no t. V da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. Vid.* texto e versão em linguagem actual in *Hist. da Col. Port. do Brasil*, vol. II, p, 104 e 105.

História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal, 3a. ed. integral, t. I, 4a. ed., p. 72.

É êste o parecer que ouvimos ao Almirante Gago Coutinho, no Rio de Janeiro, há poucos anos.

de executar o duplo prodigio de submeter à sua soberania o asiático e o americano, os velhos e os recém-nascidos da civilização..."<sup>17</sup>

No territorio revelado, povoado por tribus selvagens, elicosas e carniceiras, tudo estava na fase primitiva das eras prehistóricas.

Na carta que Pedro Vaz de Camina escreveu ao Rei D. Manuel, no dia 1 de Maio de 1500, encontramos a primeira, ingenua, descrição da terra brasileira:

Esa terra, Señor, parece-me que, da ponta que mais contra o Sul vimos, até a outra ponta que contra o Norte vem, de que nós dêste pôrto houvemos vista, será tamaña que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco leguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes arreiras, umas vermelhas e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que parecia muito extensa.

Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra cousa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo d'agora os achávamos como os de lá. (As) águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar par-se-ha nela tudo; por causa das águas de tem!

Com tudo, o melhor fruto, que dela se póde tirar parece-me que será salvar esta gente...

No final da carta, Pero Vaz de Caminha escreveu:

Dêste Porto Seguro, da Vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500.

Mas, outra testemunha presencial do achamento, "o pilôto anónimo" escrevendo ao Rei de Portugal, dizia na mesma data:

Não pudemos saber, se era Ilha ou Terra Firme, ainda que nos inclinamos a esta última opinião.

Certo é que D. Manuel depois de receber a nova do achamento, pela nau que Pedro Alvarez Cabral mandara a Lisboa, mudara o nome de Vera-Cruz em Santa Cruz, denominação esta que durante alguns anos foi adoptada por

Carlos Malhiero Días, Introdução ao vol. III da Hist. Da Colonização do Brasil, p. XLI.

João de Barros, Gandavo, Goís, Osório e outros "desprezando —como dizia Carolina Michäelis de Vasconcellos— o de terra de papagaios empregada por Pixani". Só mais tarde, pela vulgarização do comércio do pau brasil, êste nome foi definitivamente consagrado.

Cabral regressou a Lisboa, depois de ter estodo na Índia, no dia 23 de julho de 1501. Uni ano antes, já o mensajeiro Gaspar de Lemos, que Cabral enviara das castas do Brasil com a nova da descoberta, trouxera noticias das terras achadas e da extensão do litoral brasileiro que, por indicação do mesmo Cabral, deveria ter percorrido.

É conhecida a carta que em. 27 de junho de 1501 Giovanni Matteo Cretico escreveu e foi transcrita por Domenico Pisani, na qual se encontrarei períodos referentes à viagem de Cabral:

...da sopra del capo de Bona Speranza, verso garbin, hanno discoperto una terra nova, chiamano Ia terra de li, Papagá, per esser lipapagá longi uno brazo e più, de vari colori, de li qual hanno visto doy indichano questa terra esser terra ferma, perchè correno per costa duo milla mia e piú, nè mai trovorno fin. Habitano homeni nudi et formosi...<sup>19</sup>

Com base neste e noutros documentos coevos, pode concluir-se que o descobridor do Brasil e o seu emissário apurararn que o litoral não se limitava às 25 léguas de que fala Caminha, ao narrar as suas primeiras impressões.

No dia 10 de Abril de 1501, antes, portanto, do regresso de Cabral, João da Nova partiu para a índia com três naus e uma caravela que ia por conta do mercador florentino Bártolo Marchione. Por uma carta que o Rei D. Manuel teria escrito no ano de 1505, infere-se que João da Nova tocou em Vera Cruz:

Naquele mesmo ano —diz a referida carta— em dez do mês de Abril não tendo notícia daquela primeira armada, mandei às sobreditas partes outras quatro naus bera equipadas, as quais, porque já havia notícia daquela nova terra chamada de Santa Cruz, aí foram ter para tomar algum refresco, pois certo a dita terra é muito necessária para essa viagem.<sup>20</sup>

<sup>0</sup> Éste trecho vem transcrito na *Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, p. 251.

Vid. versão ern linguagem actual o anotações da Carta de Pedro Vaz de Caminha por Carolina Michãelis de Vasconcellos, in Hist. da Col. Port. do Brasil, vol. II, p. 86 e segs. Sôbre a evolução do nome de Vera Cruz em Santa Cruz e Brasil, vid. o estudo de Antonio Baiao, in Hist. da Colonz. Port. do Brasil, vol. II, cap. XI, p. 317 e seg.

Vid. Berchet, Fonti italiane per Ia scoperta del Nuovo Mundo, t. 1, p. 43; Prof. Duarte Leite, Hist. da Coloniz. Portuguesa do Brasil, vol. II, p. 247.

O cronista Gaspar Correia, nas suas Lendas da Índia (vol. 1, p. 235) referindo-se a estas viagens de João da Nova afirma que os navios comandados por este piloto "...fizeram seu caminho ao longo da costa do Brasil que era já toda descoberta por muitos navios que lá iam tratar e foram de longo até o Cabo de Santo Agostinho e daí foram atravessando para o Cabo da Boa Esperança".

Não é verdade que a costa de Santa Cruz houvesse sido explorada por muitos navios, mas é positivo que João da Nova chegou ao Cabo de Sto. Agostinho.<sup>21</sup>

Em 1501 foi enviada directamente à terra de Vera Cruz uma expedição do comando de Fernão de Loronha, que teria explorado uma parte importante do litoral até ao Cabo Frio, a qual no seu regresso descobriu a ilha que ainda hoje tem o nome daquele navegador e negociante Fernão de Loronha trouxe para o reino um grande carregamento de pau brasil e no ano de 1502 assinou com a Corôa de Portugal um contracto de arrendamento de Santa Cruz por três anos, em que o mesmo Loronha aparece associado aos cristãos novos. Era verdadeiramente um consórcio para a exploração do Pau brasil que Surgia con, a obrigação da empresa explorar todos os anos trezentas léguas de terra firme, erguer fortalezas e pagar à Corôa no segundo ano de, contracto, um sexto da mercadoria que trouxessem para Portugal e no terceiro ano um quarto.

Numa carta do contemporâneo Pietro Rondinelli, escrita Cin Sevilha no dia 3 à Outubro de 1502, provavelmente com elementos fornecidos por Vespúcio, da qual não transcreveremos a parte que se refere a este piloto por conter afirmações provadamente inexactas, destacamos apenas os períodos que se referem à celebração do contracto com Fernão de Loronha ou de Noronha:

...são obrigados (os sócios) a mandar todos os anos 6 navios e descobrir todos os anos 300 léguas adiante, e a fazer urna fortaleza no território descoberto e mantê-la nos ditos 3 anos; e no primeiro ano nada pagam, no segundo 1/6, no terceiro 1/4, e fazem conta de trazer pau brasil e escravos, e talvez achem outra coisa de proveito.<sup>22</sup>

Temos, assim, com o comércio de Loronha o primeiro esbôço de exploração metódica do litoral de Santa-Cruz e o esquema da sua ocupação por meio de feitorias.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> *Idem*, p. 252.

Pode lêr-se esta carta em Berchet, op. cit., t. II, p. 121 e na Hist. da Goloniz. Port. do Brasil, vol. II, D. 255.

Em cumprimento daquele contracto, foi organizada uma expedição composta por seis navios comandados por Gonçalo Coelho, que partiu de Lisboa no dia 10 de Maio de 1503.<sup>23</sup> Desta viagem deixou-nos Américo Vespúcio uma descrição na quarta jornada da Lettera a Soderini, com data de 4 de Setembro de 1504. É sabido como Vespúcio é pouco seguro nas suas narrativas, jactancioso e fantasista; mas devemos socorrer-nos da sua exposição, que é a única que conhecemos acêrca daquela empresa.

Está provado que as naus de Gonçãlo Coelho, que naufragou da ilha de Fernão de Noronha, exploraram uma parte do litoral, que não foi devidamente descrito por Vespúcio, mas que os críticos modernos da Lettera admitem ter sido "a parte assinalada nos mapas, desde S. Roque ate ao rio de Cananêa".<sup>24</sup>

As mais antigas espécies cartográficos da época, como o planisfério de Cantino (1502), os mapas de Hamy, de Nicolau, Canério e os de Kunstmann, II e III, conjuntamente com a obra de Duarte Pacheco Pereira Esmeraldo de situ orbis, demonstram que, desde o achamento do Brasil, até ao ano de 1505, o litoral brasileiro ficou conhecido, a partir do Amazonas ou do Maranhão até aos "Estados do Sul".

Pelo regimento da nau chamada Bretôa, que partiu de Lisboa em Fevereiro de 1511, por conta do consórcio de Loronha, do qual faziam parte Bartolorneu Marchione, Benedito Moreli e Francisco Martins, vê-se claramente como naquele ano já estava montada uma sociedade para comércio e exuloração dalguns lugares da costa brasileira.<sup>25</sup>

No mesmo documento vemos o cuidado que já havia em não molestar os índios e a preocupação de os tratar com humanidade e amor:

...defendereis ao mestre e a toda a companha da dita náu que não façam nenhum mal nem dano à gente da terra e se alguém fizer o contrário o fareis assim escrever ao dito escrivão e se vos por algum respeito lhe não mandardes que o faça êle de seu oficie será obrigado de o assim cumprir sob

- Damiâo de Goiz, diz ter sido no dia 10 de junho, mas Carlos Malheiro Dias, preferindo, com bons argumentos, a data indicada por Vespúcio (10 de Maio) diz: "inclinamo-nos excepcionalmente para Vespúcio", Vid. Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. 11, p. 293
- Prof. Duarte Leite, "A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do Século XVI", in *Hist da Coloniz. Port. do Brasil*, vol. 11, p. 415.
- Pode ver-se copia do Regimento da náu Bretoa, que está conservado no Arquivo da Tórre do Tombo, ira *Rev. do Inst. Hist. e Geo-9 do Brasil*, t. XXIV, 1º trim. A noticia da sua existência foi publicada por Varnhagen. *Vid.* nota 13 (p. 427-432) da 1a. ed. da Hist. Geral do Brasil e também o estudo de Antonio Baião, "O Comércio do pau brasil" in *Hist. da Coloniz. Port. do Brasil*, vol. II, p. 317 e segs.

pena de perder ametade de seu ordenado para o espiritual de todos os santos desta cidade e qualquer pessoa da dita náu que isto não guardar perderá isso mesmo metade de seu sôldo e além da que ihe fôr dada qualquer outra pena que por justiça merecer segundo a qualidade do que fizer como se o contra cada uma das pessoas da dita náu ou de cá do reino por ser muito necessário a serviço dei Rei Nosso Senhor e berra do dito Resgate ser tratado por todos melhores meios que se puder e sem nenhum escândalo pele, muito dano que dêle se pode seguir,

Notificareis isso mesmo a toda a companha que não Resgate nem venda nem troquem com a gente da dita terra nenhumas armas de nenhuma sorte que seja punhais nem. outras nenhumas cousas que são defesas pelo santo padre e por el rei Nosso Senhor e poderão levar facas e tesouras como sempre levaram...

Eran assim, com regimentos e leis que prescreviam penas severas para todos os que maltratassem os indígenas, que se esboçava o plano da administração colonial portuguesa. Na América, como na África, pretendia Portugal atrair o índio e o negro à civilização cristã e ao comércio pacífico da humanidade, sem os hostilisar e submeter violentamente.

No ano de 1531, quando houve em Castela conhecimento expedição da grande expedição colonizadora do comando de Martim Afonso de Sousa, partido de Lisboa no dia 3 de Dezembro de 1530, alvoroçou-se o Govêrno castelhano com a notícia de que os portugueses iam fundar nas margens do Rio da Prata uma grande colónia.

O Embaixador da p Espanha em Portugal, Lope Hurtado de Meindoza, recebeu, dois meses depois da partida de Martim Afonso, instruções para manifestar ao Rei de Portugal o Rio da Prata estava dentro da demarcação de Castela e que havia sido descoberto por João Dias Solis. Êste navegador era um português que se homisiara na côrte espanhola, por crimes praticados na sua terra natal.

Possuímos muitas cópias de documentos originais daquela época que atestam a longa controvérsia que acerca da prioridade da descoberta do Rio da Prata se travou entre as duas Côrtes.<sup>26</sup>

Vid. Cédulas existentes no Archivo General de Indias (Estante 139, cajón V, Legajo 8°, Libro 15, fol. 21); Archivo General de Indias, est. 143, cai. 3, leg. 11; Carta de Luis Sarmiento al Rey, comunicándole el designio de los portugueses de apoderarse del Río de la Plata, porque pretenden le descubrió un portugués (11 de Julio de 1535), (est. 143, caj. 3), leg. II (papeleta n° 77); Respuesta del Rey de Portugal a la Emperatriz en lo relativo á la expedición de Martín Alonso de Sousa al Rio de la Plata, presentada por el embajador Alvar Mendez de Vasconcelos, para alegar que el primer descubrimiento de esa región fue hecho por los portugueses", est. 1°, bajo 2° Leg. 1/8 papeleta 1030.

O problema do descobrimento do Rio da Prata fica completamente resolvido à face das provas apresentadas por um e outro partido. Na resposta que o Rei de Portugal mandou dar pelo seu embaixador Álvaro Mendes de Vasconcelos diz-se o seguinte, que consta do documento original, cuja cópia possui-nos em castelhano:

...que lo que tiene sabido es, que la primera gente suya que descubrio este Rio fue una armada de don Nuno Manuel que dios aya, quel dicho don Nuno hizo por mandado del Rey su padre que dios tiene...<sup>27</sup>

Está averiguado que no ano de 1514, dois navios, "um dos quais armado por D. Nuno Manuel e Cristovão de Haro, em que ia por piloto João de Lisboa, percorreu costa do Brasil do norte para o sul; esta armada atingiu Cabo de Santa Maria e reconheceu o estuário do Rio da Prata". A este rio, conforme admite o investigador Esteves Pereira, teria também chegado Cristóvão jacques, entre os anos de 1516 e 1519.

Quanto ao descobrimento feito pelo piloto português João Dias e Solis, ao serviço de Espanha, está positivamente provado que saiu de Sevilha no dia 8 de Outubro de 1515, com três caravelas; navegou ao longo da costa do Brasil, desde o cabo de Santo, Agostinho até ao Cabo de Santa Maria; entrou no estuário do Prata e encontrou ali a morte nos primeiros dias de Fevereiro de 1516.

II.— Em 1516 o rei de Portugal, D. Manuel, ordenou ao feitor e oficiais da Casa da índia, por meio de Alvarás que estiveram registados no Livro das Reformações da mesma Casa, que fornecessem "machados e enchadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fôssem a povoar o Brasil" e "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar principio a um engenho de assúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo e também todo o cobre e ferro e mais cousas necessárias".

Não se encontraram os dois Alvarás a que se refere Pôrto Seguro, na sua História Geral do Brasil, <sup>29</sup> mas êste historiador afirma que o primerio dêles

A cópia que possuímos foi tirada da cópia autêntica que encontrámos na secção de manuscritos relativos à América, na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Vid. catál. de manuscritos desta bibl., 1a. parte. O documento original encontra-se no Arch. general de Indias, est. 1°, caj. 2° Leg. 1/8, R° 8 - del Real patronato. Cfr. Carta do Embaixador de D. João III, Alvaro Mendes de Vasconcelos, de 24 de Dezembro de 1531, in Arq. Nacional, Corpo Cronológico, parte 1a., maço 48, n° 8. Vem transcrita na Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. II, p. 385.

Vid. in Hist. da Col. Port. do Brasil, vol. II, p. 351 e segs. o estudo de F. M. Esteves Pereira, acerca do descobrimento do Rio da Prata.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> T. I., 4a. ed., p. 106.

estava registrado no citado Livro das Reformações, a fol. 25 v. e o 2º a fol. 42 do Livro da Mina, segundo constava de uma certidão de 26 de Outubro de 1757, de que aquele autor dizia possuir uma pública forma de 17 de Novembro do mesmo ano.

Esteves Pereira, no estudo que publicou acerca do descobrimento do Rio da Prata, pretende relacionar aquelas providências com a expedição de Cristóvão Jacques, admitindo que da viagem empreendida pelo mesmo navegador teria derivado o nome de Cristóvão Jacques, dado a uma ilha na foz daquele rio, pelo cartógrafo Diogo Ribeiro, no seu mapa de 1529.<sup>30</sup>

A carta do embaixador João da Silveira,<sup>31</sup> de 28 de Dezembro de 1527 e a carta escrita por Luiz Ramirez<sup>32</sup> em 10 de Junho de 1523, fazem admitir como lógica a dedução do Invesuígader Esteves Pereira e como certa uma viagem de Cristóvão jacques ao Brasil, muitos anos antes, talvez em 1516, da expedição que o mesmo dirigiu em 1526.

Esta última, navegação que o referido piloto realizou, com-largos poderes, por conta da Corôa de Portugal, merece aqui referência particular, porque denota a intenção de fixar nas terras do Brasil, depois de serem defendidas da cobiça de estranhos, os primeiros elementos duma colonização, sistemática, regular.

Vulgarizadosos primeiros conhecimentos do continente anier.Icano, principalmente pelas relações mais ou Menos fantasiosas de Vespúcio, logo nos primeiros anos do século XVI começaram os navegadores de Honfleur e de Dieppe o seu tráfico e guerra de côrso no litoral brasileiro. Um Alvará de 13 de Novembro de 1504, tinha proïbido aos "mestres de cartas de marear" anotar nos mapas as terras descobertas ao Sul das ilhas de S. Tomé e Príncipe e do Zaire. Mas, nem assim se ocultaria da curiosidade dos corsários mais célebres, como João Afonso, João Ango, Roger e olatros, a posição das novas conquistas de Portugal e de Castela.

No ano de 1526, D. Manuel de Portugal enviou às partes do Brasil Cristóvão Jacques, com instruções para afugentar os corsários e promover o aproveitamento das riquesas naturais daqueles territórios.<sup>33</sup>

Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. II, p. 381, nota: Pôrto Seguro, loc. cit, e nota de R. Garcia.

<sup>31</sup> Vid. Arq. Nac., Corpo Chron., p. 1a. maço 38, nº 57; Alguns doc. da Tôrre do Tombo, p. 490; Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. II, p. 383.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> A carta de Luiz Ramirez que se encontra no Bibl. do Escurial, foi publicada na íntegra pela *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil,* t. XV (1852).

Portp Seguro, op. e t. cit., p. 126 e 127; Luiz Norton, Angola e Brasil, cap. II.

A expedição de Jacques abria o camino para a obra da colonização do Brasil, depois de esgotados os argumentos apresentados em Paris, no tempo de Francísco I, contra as incursões dos corsários franceses.<sup>34</sup>

Especialmente com vista a Cristóvão Jacques foi publicado o Alvará de 5 de Julho de 1526, transcrito por Varnhagen, na sua História Geral do Brasil, mas sem indicação da fonte onde o colheu. Aquele diplôma revelanos não só a existênciade relações regulares entre Portugal e o Brasil, ruas também que, este território pcsà-líia anteriormente aquela data, capitanias e uma administração corra certa fixidês. Diz o Alvará referido:

Eu El-Rei faço saber a vós, Christóvam Jacques, que ora envio por Governador às partes do Brasil, que fero Capico, capitão de uma das capitanias do dito Brasil, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo. da sua capitania e que queria vir para este Reino, e trazer consigo tôdas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse, - hei por bem e me apraz que na primeira caravela ou navio que vier das ditas partes, o deixeis vir, com tôdas as suas peças de escravos e mais fazendas; contanto que virão direitamente à Casa de índia, para nela pagarem os direitos de quarto e vintena, e o mais a que forem obrigados, na forma que costumam pagar tôdas as fazendas que vêem das sobreditas partes.

Na data em que Jacques limpou o litoral brasileiro de corsários, fez nele largas e demoradas explorações e fundou feitorias, o comércio da América portuguesa póde dizerse que não se limitava à canafistula e ao aproveitamento do brasil, bugios e escravos. Era êste tráfico mantido por feitorias efémeras e rial defendidas, mas constituíam elas núcleos de portugueses que ensaiavam pequenas colónias rurais. Razões políticas e de brio, mais do que motivos ecoar -micos, acordariam depressa o sentimento nacionalista da colonização, portuguesa e dariam corpo e unidade ao Brasil.

No seu regresso a Portugal, Cristóvão Jacques pediu a D. João III uma donataria e ofereceu-se para levar consigo mil colonos. Propunha-se transportar para a América o sistema icudal que vigorava nas ilhas da Madeira, Açores e S. Tomé. As pretensões de Cristóvão Jacques teriam sido apoiadas em Lisboa, junto do rei, pelo celebre doutor Diogo de Gouveia, que foi regente do CloIlégiu de Santa Bárbara em Paris e da Universidade de Bordeus.

Espirito dos mais cultos da sua época, Gouveia, que defendera em França durante muitos anos os interesses portugueses contra os abusos dos

Vid. Frei Luiz de Sousa, Anais de D. João III; Navarrete, Col. de los Viajes, t. IV; Hist. da Coloniz. Port. do Brasil, vol. III, cap. II, p. 59 e segs.

outras terras, as que ficaram além das de Santana ou da Laguna, onde terminava a courela que de direito ainda por ahi lhe tocava". 46

Certo é que Martim Afonso de Sousa, desistindo da colonização do Rio da Prata, retrocedeu até à ilha de S. Vicente, onde chegou no dia 22 de janeiro de 1532.

Aqui encontrara a esquadra bom abrigo, clima benigno, águas excelentes e lindos campos arborisados, para lançar os alicerces duma colónia regular, "célula mater" do Brasil.

A chegada a êste ponto do litoral e a instalação da colonia é descrita no diário de Pero Lopes:

...pela manhã fui num batel da banda da !oeste da bala e achei um Rio estreito em que as naus se podiam "correger" por ser mui -abrigado de toás os ventos e à tarde metemos as naus dentro com o vento sul como fomos dentro mandou o capitão fazer uma casa em terra para meter as velas e enxárcia aqui neste porto de São Vicente varámos uma nau em terra a todos nos pareceu tão bem esta terra que o capitão determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas e fez uma vila na ilha de São Vicente e outra nove léguas dentro pelo sertão à borda dum Rio que se chama Piratininga e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficias e pôs tudo em boa obra de Justiça de,que a gente tomou muita consolação com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios a celebrar matrimónios e viverem em comunicação das artes e ser cada um senhor do seu e investir as injurias particulares e ter todos os outros bens da vida segura e converável. Aos cinco dias do mês de Fevereiro entrou neste pôrto de São a caravela Santa Maria do Cabo que o capitão tinha mandado ao pôrto dos Patos buscar a gente dum bergantim que se ai perdera e achou que tinha feito outro bergantim com ajuda de quinze homens castelhanos que no dito pôrto havia muitos tempos que estavam perdidos e estes castelhanos deram novas ao capitão de muito ouro e prata que dentro no sertão havia e traziam muitas mostras do ue diziam e afirmavam ser mui longue...<sup>47</sup>

Talvez não tivesse sido indiferente à resolução que Martim Afonso tomou à assentar arraial em S. Vicente, a presença de João Ramalho, outro português que parece de lenda homérica, "que ali contava já mais de vinte anos de residência, e que, naturalmente avisado pelos índios, apareceu

Op. e t. cit., p. 153. Vid. "Tratado que o doutor Pedro Nunes fez sôbre certas dúvidas de navegação, dirigido a El-Rei, Nosso Senhor", anexo ao "Tratado da esfera", ed. de 1537.

<sup>47</sup> Cód. cit., fóls. 26, v. 27.

dando razão da terra e de como ela pelo interior era de campos e dispa semelhantes aos amenos de Coimbra onde nascera...<sup>348</sup>

O irmão e companheiro de Martim Afonso, Pero Lopes, antes de Partir para Lísiboa, dura- atequatro rnesés a obra imensa que se inaugurara nas duas primeiras vilas fundadas pelos portugueses no Brasil.

Aqueles núcleos de civilização europeia e cristã, transplantados para a América portuguesa, com a Igreja, a Casa da Câmara, os ofícios de Justiça, o estaleiro, as sesmarias com o seu tombo, a lavoura de Portugal, eram a súmula de grande nação brasileira.<sup>49</sup>

II.— Em carta de 28 de Setembro de 1532, dirigida a Martim Afonso de Sousa, declarava D. João III o propósito, de aplicar ao Brasil o sistema das donatariw, insistentemente aconselhado Pão Doutor Diogode Gouveia. São da mesma carta os períodos seguintes:

...Depois da vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capítanias em terra dela. Eu guisera, antes de nisso fazer cousa esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que me parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, o que me parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhais a melhor parte. E porém porque depois fui informado que de algunas forças (como já em Pernambuco começava a fazer, segundo o Conde da Castanheira vos escreverá), determinei de mandar demarcar de Pernambuco, até o Rio da Prata cincoenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, voso irmão, cincoenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos e de outras pessoas de quero se Conde, por meu mandado informou; corro o véreis veias coaçoes que logo mandei fazer, que vos enviará; e depois de escolhidas estas cento e cincoenta léguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeriam cincoenta léguas cada uma; e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigações de levarem gente e navios à sua custa, erre tempo certo...<sup>50</sup>

Era êste o plano de administração colonial, já experimentado com resultado nas ilhas dos Açores e da Madeira, que as circunstâncias impunham para o aproveitamento dos dilatados domínios brasileiros.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Pôrto Seguro, *op.* e t. *cit.*, p. 154.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Luiz Norton, *op.* e cap. *cit*.

<sup>&</sup>quot;Carta del Rey D. João III para Martim Afonso de Sousa quando passou ao Brasil, para povoar aqueda Costa...", in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. VI das Provas, ps. 318 e seg.

Começou a executarse depois do regresso de Mastim Afonso a Portugal, no mês de Março de 1534, quando o fundador de S. Vicente partiu para a Índia. Muitos anos depois, os ingleses, na América do Norte, com as suas colónias de proprietários e os fundadores das companhias soberanas seguiriam, a-final, o sistema português.

A aplicação do regime das donatarias, com forais, concedidos aos primeiros dôze donatários, representava a divisão administrariva do Brasil. As dôze donatarias em se dividiu todo o litoral brasileiro, passava à administração feudal à grandes senhores, a quem a Corôa cedia a maior parte dos seus privilégios. Esta distribuição política e administrativa da grande colónia americana, imprimiu ao Brasil o rumo da sua futura governação federal, até à criação dos Estados que resultaram da evolução majestática das donatarias e ficaram a garantir a unidade dum território imenso.

O sistema senhorial das capitanias hereditárias aplicado ao Brasil inaugurou-se pela primeira doação passada a favor de Duarte Coelho.<sup>51</sup> Ficou-lhe a pertenecer a capitania de Pernambuco, ou "Nova Lusitânia", conforme lhe chamou o seu proprietário.

A carta de doação da referida capitania, merece ser conhecida, corno documento histórico padrão, no estudo do regimem dos feudos americanos. Dada a sua extensão, transcreveremos aqui, apenas alguns períodos fundamentais:

...A quantos esta minha carta virem faço saber que considrando eu quanto serviço de Deus e meu proveito e bem de meus Reinos e senhorios e dos naturais e subditos dêles é ser a minha cesta e terra do brasil mais povoada do que até agora foi assim para se nela haver de celebrar o culto e oficios divinos e se exalçar a nossa santa fé católica com trazer e Provocar a ela os naturais da dita terra infiéis e idólatras como pela muito proveito que se seguirá a meus Reinos e senhorios e assim naturais e súbditos dães; de se a dita terra

O Prof. Manuel Paulo Mereia, no estudo publicado na *Hist. da Coloniz. Port. do Brasil*, vol. III, p. 170, diz que a "Carta de doação de Duarte Coelho foi passada em 10 de Março de 1534". Porto Seguro, na *Hist. Geral do Brasil*, t. I, p. 167 da ed. integral, afirma que a mesma é de 14 de Março daquele ano "e teve apostila em 25 de Set., concedendo-lhe metade da dizima do pescado, que pertencia de direito à ordem de Cristo".

*Vid.* Pedro de Azevedo, no estudo intitulado "Os primeiros donatários" (*Hist. da Coloniz. Port. do Brasil*, vol. III, p. 193). A cópia que possuímos diz-nos que é de 10 de Março daquele ano. A apostila é que tem a data de 25 de setembro.

Vid. Original, in Arq. Nacional da Tôrre do Tombo-chancelaria de D. João III, Liv. 7°, fl. 33.

povoar eaproveitar por bem de a mandar repartir e ordenar em capitaras de certas em certas léguas para delas prover aquelas pessoas que me bem parecessem pela qual esguardando eu aos muitos serviços que Duarte Coelho fidalgo de minha casa a El Rei meu senhor e pai que santa glória haja e a mim tem feitos assim nestes Reinos como nas partes da Índia onde serviu muito tempo e em muitas cousas d.- meu serviço... hei por Sem e me apraz de lhe fazer como de feito por esta presente carta faco mercê irrevogável doacão entre vivos valedoura dêste dia para todo o sempre de juro e herdade para êle e todos os seus filhos netos e Herdeiros sucessores que apor ele vierem assim descendentes como transversais e colaterais segundo adiante irá declarado, de sessenta léguas de terra na dita costa do brasil quais se começarão no rio de Sam Francisco que é do cabo de Santo Agostinho para o sul e acabarão no rio que cerca em redondo toda a ilha de Tamaracá ao qual rio ora novamente ponho rio de Santa Cruze mando que assim se nome e se chame daqui em diante... e quero e me apraz que o dito Duarte Coelho e todos seus herdeiros e sucessores que a dita terra herdarem e sucederem se possam chanar e chamem capitães e governadores dela e outrosim lhe faço doação e mercê de juno e herdade para sempre para êle e seus descendentes e sucessores no modo sobredito da jurisdicao cível e crime da dita terra... poderá por si e por seu ouvidor estar a "enlicam" dos Juízes e oficiais e alimpar e apurar as pautas e passar cartas de confirmação aos ditos juízes e oficiais... E nos casos crimes hei por bem que o dito capitão e governador e seu ouvidor tenham jurisdição e alçada de morte natural inclusivé... e outrosim me praz que o dito seu ouvidor possa conhecer de apelações e agravos... e outrosim me praz que o dito capitão e governador e todos seus sucessores possam por si fazer vilas tôdas e quaisquer povoações que nessa dita terra fizerem... que a dita capitania e governador e todos seus sucessores a que esta capitania vier possam, novamente criar e prover por suas cartas os tabeliães do público e iudicial que lhes parecer necessários nas vilas e povoações das ditas terras... e outrosim lhe faco doação e mercê de juro e de herdade para sempre das alçaldarim inóres de tôdas as ditas vilas e povoações da dita terra com tôdas as rendas e direitos e foros e tributos... as moendas de agua marinhas de sal e quaisquer outros engenhos de qualquer qualidade que seja e que pessoa alguma não possa fazer as ditas moendas marinhas nem engenhos senão o dito capitão e governador... Outrosim lhe faço doaçã e mercê de juro e herdade para sempre de dez léguas de terra ao longo da costa de dita capitanie e governança e entrarão pelo sertão tanto quanto puderem entrar e for de minha conquista a qual terra será sua livre e isenta sem dela pagar foro tributo nem direito algum sòmente o dizimo de Deus à ordem do mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo...

Muitas outras mercês e privilégios continham esta e as outras cartas de doação que foram passadas aos novos senhores do Brasil: poderes para dar

e repartir terras de sesmaria; doação de metade da dízima do pescado; redízima de todas as Rendas e direitos pertencentes à Coroa ou à Ordem de Cristo; participação na exploração e venda do pau brasil e no comércio de escravos; isenção de direitos de sisas, tributos de sal e outros encargos; arrecadação de rendas e administração, com poderes absolutos, das terras da capitania, etc., etc.

As doações feitas eram completadas pelas cartas de foral. "Aplicavam-se deste modo —escreve o Prof. Paulo Mereia— ao território brasílico, adaptando-as às circunstâncias, duas peças tradicionais do nosso sistema político-administrativo: por um lado as doações de bens da Coroa e direitos reais, por outro lado as cartas de foral". <sup>52</sup>

O estatuto a capitania, formado pela carta e pelo foral, contrariava o disposto na Lei Mental quanto à sucessão das donatarias. Na falta de descendentes, podiam ser chamados os ascendentes e na falta destes os transversais, preferindo em qualquer classe os legítimos.

A divisão do Brasil em doze capitanias hereditárias, correspondia, assim, teòricamente, à formação de doze estados suzeranos. Os territórios distribídos abrangiam zonas vastíssimas, que os donatários não podiam só por si povoar e civilizar intensamente. Quàsi todos os primeiros donatários se arruinaram. Duarte Coelho foi um dos poucos que conseguiu vencer e "plantar em Olinda a sua cidade feudal". No entanto —como demonstrou Maleheiro Dias— até à chegada à Baía do primeiro governador geral — Tomé de Sousa, "capitão nas guerras da África e da Índia", os senhores feudais do Brasil, quando mais não tivessern conseguido, foram fiéis "sentinelas e depositários dos dominios coloniais", ernquinto não foi constituído o Governo Geral.

IV.—A instituição das capitanias não chegara para tornar profunda a ocupação civilizadora do Brasil e para manter intacta a soberania portuguesa. Cada donatário precisava de um exército de ocupação e meios financeiros para desbravar um território povoado de índios belicosos. A maior parte dos capitães e governadores, obrigados a fundar, desde os alicerces, verdajeiros estados, correspondentes aos extensos senhorios que lhes haviam sido doados, faliram por falta de recursos, por dissidios pessoais ou ferozes ataques dos aborígenes.

Pero de Góis, em 29 de Abril de 1546, reclamava do soberano medidas urgentes e expunha., em tom contristado, as razoes da decadência das capitanias:

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> *Op.* e vol. *cit.*, p. 174.

Tudo nace da pouca justiça e pouco temor de Deus e de V. A. que em, algumas partes desta terra se faz e ha, por donde e der V. A. não hé provida perder-se á todo ho Brasil antes de dous anos. <sup>53</sup>

## Jaboatao exclamaria:

Não sei por que princípio, ou que razão póde haver entre as Conquistas destas duas Indias Orientais e Ocidentais, que o prémio que se deu aos Conquistadores de umas, foi o trabalho de conquistar as outras. A muitos daqueles famosos Heróis, que na conquista da Índia Oriental mais se assinalaram em feitos, deram os Reis por prémio condigno, ou paga equivalente aos tais, o serem eles os conquistadores das terras do Brasil...

Não deixa de ser motivo para o reparo, que excepto um, ou outro, dos que vieram ao Brasil fundar capitanias, depois que o mereceram por serviços da india quási todos, vinde, de à tão abastados de bens, e haveres, acararão nas conquistas de cá objectos da pobreza, e espectáculos da fortuna...<sup>54</sup>

As exposições dramáticas que chegaram ao reino, pintando o estado deplorável em que se encontravam quási tôdas as capitanias, levaram D. João III a nomear um Governador Geral que coordenasse todos os elementos das feitorias dispersas e hostis e assegurasse a unidade do Estado brasiliense, pela subordinação de tôdas as administrações feudais a um Govêrno central.

Por carta de 7 de Janeiro de 1549, Tomé de Sousa foi nomeado Governador Geral do Brasil. Com esta nomeação inicia-se um período glorioso na história política, administrativa e religiosa do Brasil.

Da referida carta de nomeação destacaremos os passos seguintes, que compuzeram a nova ordem do Brasil colonial:

...vendo eu quanto cumpre a serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil ordenei ora de mandar fazer uma fortaleza e povoação grande e forte na Baía de Todos os Santos por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil para dali se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas causas que cumprem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes e pela muita confiança que tenho em, Tomé de Sousa fidalgo de minha casa que nas causas de que o encarregar me saberá

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Corpo chron. 1, 77, 120; Pedro de Azevedo, "A instituição do Govêrno Geral", in *Hist. da Col. Port. do Brasil*, vol. III, p. 334.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> *Orbe Seraphico*, Est. IX, p. 134 (ed. de 1858).

bem servir e o fará com o cuidado e diligência que se dele espera e corno o até aqui tem feito nas cousas de meu servico de que foi encarregado Hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê dos cargos de capitão da povoação, a terras da dita Baía de Todos os Santos e de governador geral da dita capitania e das outras capitanias e terras do dito Brasil por tempo de três anos e com 400000 reais de ordenado em cada um ano pagos à custa de minha fazenda ao tesoureiro de rendas e direitos que há-de estar na povoação da dita Baía por carta somente que será registada no livro de sua despesa pelo escrivão de seu cargo e pelo traslado dela e conhecimento do dito Tomé de Sousa mando que lhe sejam levados em conta os ditos 400000 reais que assim pagar em cada um ano. Notifico assim a todos os capitães e governadores das ditas terras do Brasil ou a quem seus carregos tiverem e aos oficiais da justiça e de minha fazenda em elas e aos moradores das ditas terras e a todos em geral e a cada um em especial mando que hajam ao dito Tomé de Sousa por capitão da dita povoação e terras da Baía e governador geral da dita capitania e das outras capitanias e terras da dita costa como dito é...<sup>55</sup>

Tome de Sousa partiu de Belém no dia 1 de Fevereiro de 1549, com uma forte armada de três naus, duas caravelas e um bergantim. Levava consigo mais de mil homens, alguns dêles altos funcionários: o ouvidor geral Dr. Pedro Borges; o provedor mór da fazenda António Cardoso de Barros; Pedro de Góis, o arruinado senhor de Paraíba do Sul; Diogo Martins Barreto, que viria a ser alcaide-mór, comandante das armas; a primeira missão de jesuítas, composta pelos padres Manuel da Nóbrega, João Aspílcueta Navarro, António Peres, que fundaria o colégio de Pernambuco, Leonardo Nunes e os noviços Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. <sup>56</sup>

A expedição de- Tome de Sousa chegou à Bala no dia 29 de Março, Jaboatão, descreve-nos os primeiros passos do Governador Geral, nos novos domínios confiados à sua administração:

Ao terceiro dia, depois de ancorados no seu porto, fez o Governador a entrada em Vila Velha, com toda a gente, bem armados os da guerra, com uma bem ordenada marcha, e os mais em composta, e devota procissão, diante da qual iam os Padres jesuítas levando arvorada urra grande e formosa Cruz, acompanhada de muitas lágrimas, causadas nos Católicos de gostosa alegria é., verem o que desejavam, e nos Gentios, pondo-os em confusa admiração do que viam, e muito temor do que parece lhes

Chancelaria de D. João III, liv. 55, fl. 120. Pedro de Azevedo publicou na íntegra a carta de nomeação de Tomé de Sousa, Vid. Hist. da Col. Port. do Bras., loc. cit.

Acerca da prestimosa actividade dêstes Jesuítas, primeiros evangelizadores do Brasil, vid. Serafim Leite, *Hist. da C<sup>a</sup>de Jesus no Brasil*, t. I, p. 18 e segs.

prognosticavam aqueles levantados Estandartes, de paz e vida no da Sagrada Cruz para os que se quisessema abraçar com ela; de morte e guerra nas suas bandeiras para os bárbaros, e rebeldes ao Rei e à Igreja. Nesta forma subiram ao sítio de Vila Velha, dando de si todo este exército, entre a paz e a guerra, uma tão nova, como espontânea mostra ao mesmo Gentio...<sup>57</sup>

Na povoação de Pereira, mais conhecida pelo nome de Vila Velha, que pertencera ao infeliz donatário Francisco Pereira Coutinho, encontrou Tomé de Sousa cêrca de cincoenta moradores, incluindo, talvez, o "Caramuru" e os seus numerosos descendentes. <sup>58</sup>

Com optimismo, que depois seria corrigido, o Padre Nóbrega resumiu assim as suas impressões da terra e da gente:

Desde logo se fez a paz com o Gentio da terra e se tomou conselho sobre onde fundaria a nova cidade, chamada do Salvador, onde muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sítio sobre a praia, em local de muitas fontes, entre mar e terra e circundado das águas em torno aos novos muros. Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas em que se queira empregálos; podem-se já contar umas cem casas e se começam a plantar canas de acúcar e muitas outras coisas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo, ainda que algumas, por demasiado pingues, só produzam a planta e não o fruto. É muito salubre e de bons ares, de sorte que, sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando de alimentação com que se nutriam, são poucos os que se enfermam e estes de-pressa se curam. A região é tão grande que, dizem, de três partes, em que se divisse o mundo, ocuparia duas, é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de rãs tão belo. Nos ditos montes há animais de muitas diversas feituras, quais nunca conheceu Plínio, nem deles deu notícia, e ervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Espanha; o que bem mostra a grandeza e beleza do Criador na tamanha variedade das criaturas 59

O autor desta carta admirável e os seus companheiros foram, desde logo, os melhores colaboradores do Governo Geral, não só no ministério da

Novo Orbe Seráfico, vol. 1, p. 124; Carlos Malheiro Dias, introd. ao vol. III da Hist. Da Colonz. Port. Do Brasil, p. LII.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> Serafim Leite, *Op.* e t. *cit.*, p. 20.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Carta transcrita por Serafim Leite, *Op.* e t. *cit.*, p. 21.

catequese e evangelização das hordas gentílicas, que ajudariam a desbravar, mas também como obreiros da unidade do Estado brasiliense. Nóbrega e os seus irmãos em Cristo ensinariam a ler e crever aos descendentes dos primeiros povoadores e colonizadores, ao gentio bronco, aos mamelucos, aos mulatos e pretos fôrros, a quem se permitiria acesso às repartições públicas da Colónia.<sup>60</sup>

Os Jesuítas, companheiros do primeiro Governador Geral, ajudariam, êste a edificar a nova cidade, que ficou num planalto, ao norte da vila do donatário, com "muros de taipa grossa com dois baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra". Nesta obra da fundação da nova cidade do Salvador, Tomé de Sousa "era —no dizer do cronista— o primeiro que lançava mão do pilão para os tai-pais e ajudava a levar a seus homBros os caibros e Madeim para as casas". 61

Em pouco tempo a cidade aparece com edificações importantes: a igreja, o paço do govêrno, o pelourinho e a cadeia, a Câmara, as casas da alfândega.

Como o número de colonos fôsse pequeno ueno para a grandiosa empresa de colonização que se inaugurara, D. João III obtém que das ilhas dos Açores e de Cabo Verde parram, para o Brasil, novos colonos, plantas, sementes e gado.

Pedro de Azevedo transcreveu, no seu estudo acêrca da instituição do Governo Geral, uma curiosa carta, pouco divulgada, dirigida por D. João III, em 11 de Setembro de 1550, a Pedro Anes do Canto, residente nos Açores, na qual se revela o cuidado do soberano em acudir à nova empresa de Tomé de Sousa:

...Por carta de Tomé de Sousa, capitão da Baía de Todos os Santos e governador das terras do Brasil e doutras pessoas, tenho sabido que acerca de uma ciudade que mandei fazer na dita capitania da Baía, e quási acabada e estão as paredes em altura que se fecha já de noite et feita soma de artilharia que de cá foi, esta posta em quatro baluartes que estão na dita cerca, com a qual a dita cidade está muito forte e defensável e é a terra da dita capitania tão grossa e fértil, que havendo lá gente em abastança, que a plante grangeie e fará nela muito proveito e a terra se enobrecerá muito e porque pode ser que haja nessas ilhas algumas pessoas que mandando-lhes eu dar emcarcações, em que possam ir e mantimentos para a viagem

207

Luiz Norton, *A Côrte de Portugal no Brasil*, cap. VI, p. 148.

Fr. Vicente do Salvador, História, cap. I, Liv. III; P. Baltasar Teles, Cron. da Comp<sup>a</sup> de Jesus em Portugal, vol. I, p. 451; Gabriel Soares, Das grandesas da Baía, Cap. III.

quereriam lá ir viver e eu pelo gosto de se assim as ditas partes irem povoando e enobrecendo, folgarei, de o fazer e vos encomendo que façais notificar nessa cidade de Angra e em tôdas as vilas e povoações dessas ilhas como eu mando dar embargações e mantimentos a todas as pessoas que se quiserem ir viver às ditas partes do Brasil e além lhe serão lá dadas pelo dito Tomé de Sousa terras que plantem e aproveitem livremente sem delas pagarem mais que o dizimo a Deus, que portanto as que quiserem lá ir, vo-lo façam saber para lhe ordenardes embarcação em que vão e as proverdes de mantimentos para a viagem, porque vos mando que deis a isso recado.

Todas as pessoas que quiserem ir viver às ditas partes serão lançadas em um rol e como forem tantos que bastem para ocupar um navio, tomareis a frete de quaisquier navios, que no porto dessa ilha houver que sejam para isso para levar a dita gente à dita capitania da Baía...<sup>62</sup>

Com o auxilio promovido por D. João III o burgo recémnascido depressa se desenvolveu e transformou em grande cidade capital do Brasil.

Aos novos colonizadores não faltariam as donzelas "de nobre geração", orfãs, que a raínha D. Catarina enviara para constituírem na Colónia os primeiros lares cristãos.

Fôra a Bala uma das grandes empresas realizadas pelo rei colonizador D. João III que, até ao fim da vida, sempre a socorreu.

No ano de 1552, diz-nos o cronista Gabriel Soares, foi enviada "outra armada, com gente e mantimentos, em socorro desta nova cidade, da qual foi por capitão Simão da Gama de Andrade com o galeão velho muito afamado e outros navios mercantes, em o qual foi o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, pessoa de muita autoridade, grande exemplo e estremado pregador, o qual levou toda a clerezia, ornamentos, sinos, peças de prata e outras alfaias do serviço da igreja, e todo o mais conveniente ao serviço do culto divino: e somou a despesa que se fez no sobredito, e no cabedal que se meteu na artilharia munições de guerra, soldos, mantimentos, ordenados dos oficiais, passante de trezentos mil cruzados".

O primeiro Governador Geral do Brasil não se limitara a fundar a cidade do Salvador. Conforme o seu Regimento lhe recomendava, viajaria por toda a Colônia para prover à sua segurança e desenvolvimento. Cumpriria

Esta carta digna de figurar na melhor escola de Colonização, foi publicada no *Arquito dos Açores*, XII, p. 414 e na *Hist. Da Col. Port. Do Brasil*, vol. III, p. 337.

rigorosamente. as prescrições daquele famoso diplôma, passado a sela favor, em de Dezembro de 1548:<sup>63</sup>

Tanto que os negócios que na dita Bala haveis de fazer estiverem para os poderdes deixar ireis visitar as outras capitanias e deixareis na dita Bala em vosso lugar por capitão uma pessoa de tal qualidade e recado que vos pareça conveniente- para isso ao qual dareis por regimento o que deve fazer em vossa ausência e vós com os navios e gente que vos bem parecer ireis visitar as outras capitanias e por que a do Espírito Santo que é de Vasco Fernandes Coutinho está alevantada ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis informação por o dito Vasco Fernandes e por quaisquer outras pessoas que vos disse, dar razão da maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer para se a dita capitania se tornar a reformar e povoar e o que assentardes poreis em obra trabalhando tudo o que fôr em vós por que a terra se segure e figue pacifica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos gentios. Cada uma das ditas capitanias praticareis juntamente com o capitão dela e com o provedor mor da minha fazenda que convôsco há-de correr as ditas capitanias... sôbre a maneira que se terá na governança e segurança dela... e ordenareis que as povoações das ditas capitanias que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defensão e assim ordenareis e assentareis com os ditos oficiais que as pessoas a que froram dadas e daqui em diante se derem águas e terras de sesmaria para se fazerem engenhos os façam no tempo que lhes limitar o capitão que lhas der... E assim ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana ou mais se vos parecerem necessários feira a que os gentios possam vir...

Com o padre Nóbrega e Pero de Góis, Tomé de Sousa percorreu e inspeccionou as capitanias, povoações e portos; ergueu fortalezas e pelourinhos, uniu e coordenouo o que estava disperso ou malbaratado; fundou vilas de que nasceriam grandes cidades.

Daquela sua viagem —como disse Malheiro Dias— saia o Brasil unificado, "sem prejuízo das autonomia reconhecidas pelos forais".

A unidade brasiliense ficava para sempre firmada com o cumprimento meticuloso das disposiçones do Regimento citado, documento modelar da colonização portuguesa do Brasil, feita mais de heroísmo e amor do que de cobiça.

Não se esquecera o rei de Portugal, D. João III, de consignar naquele regimento:

Regimento de Tomé de Sousa, in Bibl. Nac. de Lisboa, *Arquivo da Marinha*, liv. 1 de Oficios, de 1597 a 1602, fl. 1.

...a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica... E acrescentara, no mesmo documento, a recomendação, feita a Tomé de Sousa, para não deixar de lembrar aos capitães e oficiais que muito lhes agradeceria se tratassem bem os índios e os socorressem:

...direis que lhes aguardecerei muyto terem espiciall cuidado de os provocar a serem christãos e pêra eles mais folguarem de ho ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consyntão que lhes seja feita opresão nem agravo algum...